

# FORMULÁRIO PARA SUBMISSÃO À LISTA INDICATIVA

**ESTADO PARTE:**

**DATA DE SUBMISSÃO:**

**Submissão preparada por:**

<b>Nome</b>	Arq. Manuel Salgado	<b>E-mail</b>	gab.manuel.salgado@cm-lisboa.pt
<b>Morada</b>	Campo Grande, 27-2E 1744-099 Lisboa	<b>Fax</b>	-
<b>Instituição</b>	Câmara Municipal de Lisboa	<b>Telefone</b>	+351 213 501 370

<b>Nome do Bem</b>	Baixa Pombalina de Lisboa
<b>Estado, Província ou Região</b>	Distrito e concelho de Lisboa
<b>Latitude e Longitude, ou coordenadas UTM</b>	38°42'27"N 9°8'11"E

## DESCRIÇÃO

Conjunto histórico monumental por excelência e zona emblemática da Cidade de Lisboa e de Portugal.

Sítio ocupado desde há 2000 anos, cidade denominada *Felicitas Julia Olisipo* desde época romana, com ocupação árabe, centro comercial do antigo império marítimo português nos séculos XV a XVIII, lugar histórico de intercâmbio de culturas, capital da nação portuguesa. Entre 1580 e 1640, quando Portugal e Espanha constituíram uma unidade política, foi (em 1581-1583 e 1619) centro da corte ibérica.

Depois do terramoto de 1 de Novembro de 1755, a sua reconstrução sob o governo do Marquês de Pombal serviu, na Europa e no Mundo, para a criação da primeira cidade moderna do Ocidente.

Inovadora nas soluções viárias, de construção sobre estacas e sobre novos aterros sobre o rio, de soluções estruturais antissísmicas, contra incêndio, de saneamento e de salubridade pública.

A cidade então criada influenciou a construção de um grande número de novas cidades, na África, Ásia, Oceânia e América, várias delas já inscritas na lista do Património Mundial.

A racionalidade deste sistema e a sua capacidade de prefabricação traduziu-se quase contemporaneamente na edificação de Vila Real de S. António, situada no Sul de Portugal.

Conjunto riquíssimo de monumentos públicos, religiosos, escultóricos, sítio arqueológico romano, feito da integração de edifícios medievais, renascentistas e barrocos.

Estilo dominante classicista com exemplos tardo-barrocos, neoclássicos, ecléticos, arte-nova, art-deco e modernistas.

Centro do poder durante a Monarquia e a República, sala de visitas e de aparato da cidade de Lisboa, centro de representação política, de revoluções, de embarque e desembarque de monarcas, dignatários, de tropas invasoras e de invasão, de paradas militares, recepção de heróis, manifestações políticas pacíficas e mais violentas, regicídios, proclamação da República Portuguesa, motivo de inspiração poética e literária portuguesa e estrangeira.

A área proposta foi, até ao terramoto de 1 de Novembro de 1755, centro político e comercial da cidade, onde se situava o palácio real rodeado de um emaranhado medieval de ruas repletas de comércio tradicionais e de novos produtos permitidos pelas Descobertas e pelo comércio com as Índias. Apesar de ter sofrido um terramoto, um maremoto e um incêndio que ficaram nos Anais da História como o primeiro «desastre moderno» e referência internacional de uma gravíssima destruição e perda de pessoas e de patrimónios incalculáveis, esta ocupação humana e civilizacional foi restabelecida.

A reconstrução, iniciada em 1756, foi executada segundo um plano ortogonal totalmente inovador, fruto único e paradigmático da escola urbanística portuguesa. O plano, desenvolvido sob o regime autocrático

iluminado do Marquês de Pombal, foi proposto por Manuel da Maia (General e Engenheiro-Mor do Reino) e concretizado sob a direcção dos engenheiros militares Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.

A área proposta para inserção na Lista Indicativa de Portugal corresponde morfologicamente ao plano de reconstrução da cidade, aprovado em 1758, incluindo a Baixa Pombalina entre o antigo Terreiro do Paço (hoje Praça do Comércio), alargada à colina do Chiado e à freguesia da Misericórdia, adjacente ao Rio. Já a zona tampão, destina-se a salvaguardar os sistemas de vistas sobre a zona a integrar na lista e a protecção de áreas com importantes monumentos e vestígios históricos anteriores ao terramoto. A superfície total é de cerca de 70 hectares, sendo a área tampão de 185 hectares. Os limites da área proposta são:

**Norte** Largo Latino Coelho, Calçada do Duque, Largo do Duque de Cadaval, Largo do Regedor, Praça D. João da Câmara, Largo de São Domingos, Rua Barros Queirós, Rua D. Duarte e Rua João das Regras;

**Sul** Rua da Ribeira Nova, Praça da Ribeira Nova, pequeno troço da Avenida 24 de Julho junto ao Mercado da Ribeira, Avenida Ribeira das Naus, Praça do Comércio e pequeno troço da Avenida Infante D. Henrique até à esquina do Ministério das Finanças;

**Poente** Rua da Moeda, Rua de S. Paulo, Rua do Alecrim e Rua da Misericórdia;

**Nascente** Rua do Arco do Marquês de Alegrete. Poço de Borratém, Rua da Madalena, Rua de S. Mamede, Calçada do Correio Velho, Rua da Padaria, Rua dos Bacalhoeiros e Rua dos Arameiros.

A Baixa Pombalina está inscrita na Lista Indicativa de Portugal desde 2004. De então para cá foram promovidas, e em parte realizadas, iniciativas conducentes à sua conservação, salvaguarda e requalificação do território.

Para o bem proposto, foram aprovados três instrumentos fundamentais. Desde logo, o Plano Diretor Municipal (PDM), em vigor desde 2012, que estabelece a estratégia de desenvolvimento do território municipal, a classificação do solo e as regras e parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do solo. A outra escala, o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina (PPSBP), em vigor desde 2011 e parcialmente executado. O Bem proposto tem 60% da sua área incluído neste PPSBP. O seu Plano de Execução define intervenções para promover a melhoria de acessibilidade através de uma rede de percursos «assistidos», a requalificação do espaço público, a criação de equipamentos e de alojamentos, com investimento municipal, do Estado, das concessionárias e do setor privado. A realização e aprovação destes instrumentos de gestão territorial processam-se com o envolvimento e a participação das populações e das forças vivas dos territórios, designadamente associações e representantes das atividades económicas. Por outro lado, em 2012 foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, com fundamentação na Estratégia de Reabilitação Urbana. Neste quadro, foi criado o programa RE9, conjunto de incentivos à reabilitação do edificado.

Do ponto de vista da protecção do bem, a área proposta encontra-se quase completamente incluída na área classificada como conjunto de interesse público (CIP) com a designação Lisboa Pombalina (O bem classificado em 1978 como Baixa Pombalina foi alterado através da Portaria nº740-DV/2012 de 24 de dezembro. Destaca-se a renomeação para «Lisboa Pombalina», a alteração da categoria de classificação de imóvel de interesse público (IIP) para CIP e a ampliação da área classificada correspondendo agora à área do plano setecentista que contém o tecido central, designado por área I e correspondente à área de incidência do PPSBP, e uma nova área II que contém as zonas de transição para os tecidos preexistentes, designadamente as colinas adjacentes do Chiado, Chagas, Santa Catarina, São Mamede e Portas de Santo Antão). Desta classificação decorre que a análise de qualquer intenção de intervenção urbanística é feita pela Direção Geral do Património Cultural, que tem por missão a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integram o património cultural imóvel, móvel e imaterial a nível nacional. Cada edifício com protecção legal tem definida uma área de protecção onde as intenções de intervenção urbanística carecem igualmente de parecer desta entidade.

Em complemento, ao nível municipal, todos os bens culturais imóveis de reconhecido interesse arquitetónico, histórico, paisagístico, arqueológico e geológico integram a estrutura patrimonial da cidade e têm regras de intervenção definidas no PDM. Para estes, cada intenção de intervenção é precedida de análise e caracterização do edifício e identificados os valores a salvaguardar e o grau de intervenção permitido.

Após a classificação como Património Mundial pela UNESCO, os bens culturais imóveis passam a integrar a lista dos bens classificados como de interesse nacional (Lei 107/2001), o que configura um fator importante na garantia da conservação do bem, no longo prazo. A zona tampão incluída na lista do património mundial passará a corresponder a uma zona especial de protecção (DL 309/2009).

Lisboa é uma cidade com múltiplas vulnerabilidades e a Baixa Pombalina tem ameaças específicas.

**Fenómenos naturais** A maior ameaça está focada no risco sísmico, para a qual estão definidas medidas preventivas e/ou mitigadoras, e se desenvolveu legislação específica relativa ao edificado. Em caso de ocorrência de sismo está planeada a intervenção concertada de várias instituições: Protecção Civil, Corpos de Bombeiros, Forças de Segurança, Forças Armadas e serviços de Saúde.

Para outros, como inundações e efeito de maré, a implementação da estrutura ecológica municipal e a sua conectividade com o rio tem sido fundamental na minimização destes riscos. Está igualmente em curso a concretização de um novo Plano de Drenagem.

**Dinâmica populacional** Os dois maiores problemas são o envelhecimento da população e o processo de despovoamento do centro da cidade. Quanto ao primeiro, o Município realizou e tem programadas iniciativas mitigadoras, destacando-se a requalificação do espaço público, a promoção de mobilidade suave e inclusiva bem como a motivação do uso dos transportes públicos em detrimento do transporte individual. O processo de despovoamento da cidade já tem sinais de inversão verificados na última década. A reabilitação do edificado, nomeadamente através de programas de financiamento e de incentivos fiscais, bem como a criação de equipamentos, sobretudo de proximidade, são a aposta do Município para contrariar este fenómeno.

**Operações urbanísticas** Uma das ameaças será a realização de intervenções lesivas no património, que ponham em risco a sua autenticidade. Tanto o PDM como o PPSBP definem regras de intervenção concretas para a intervenção neste conjunto.

**Turismo** O aumento do número de turistas que se verifica atualmente em Lisboa, e que se concentra fundamentalmente na Lisboa Histórica e, mais densamente, na Baixa Pombalina, pode constituir uma ameaça à qualidade urbana. Nesta altura o município está a realizar estudos sobre este impacto de modo a definir uma estratégia de atuação. A cidade tem-se organizado para dar resposta a esta solicitação através da criação de infraestruturas, da criação ou requalificação de equipamentos, nomeadamente culturais, da melhoria de acessibilidade e da criação de zonas de estadia e lazer. Simultaneamente, o Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019 prevê um conjunto de medidas para posicionar a região num novo patamar de excelência turística.

Estas medidas procuram fazer face às ameaças que recaem sobre Lisboa. É fundamental a realização concertada de todas as medidas previstas para a Baixa Pombalina através de um plano de gestão integrado, que abranja a totalidade da área do Bem a candidatar.

## JUSTIFICAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCECIONAL

A Baixa Pombalina é o resultado da excecional reconstrução de feição iluminista que transformou Lisboa na primeira cidade moderna do Ocidente, após a destruição do centro da cidade pelo violento terramoto de 1755. Com a concretização do vanguardista Plano Pombalino que privilegia a uniformidade, ordem, sobriedade e padronização, o centro de Lisboa renova-se segundo um modelo racional e inovador: adota o quarteirão como unidade de projeto, hierarquiza as fachadas e estratifica usos em altimetria, recria sistemas de fundações e estruturais, normaliza desenhos de fachadas, define regras de protecção contra o risco sísmico (gaiola pombalina), e contra o risco de incêndio (paredes corta-fogo), projeta uma rede de saneamento e define um método inovador de redistribuição proporcional da propriedade, hoje designado como perequação.

Destas características, assume especial relevância, pela sua originalidade, a implementação de um sistema estrutural antissísmico normalizado, melhorando o comportamento dos edifícios face ao risco de terremotos. Das disposições faziam parte o reforço das ligações entre paredes e pavimentos e, sobretudo, a estrutura interna de madeira das paredes, que veio a designar-se por “gaiola pombalina”, e que segundo estudos comparativos foi considerado o sistema de construção antissísmica mais avançado do século XVIII.

Fruto de um Plano excecional ao nível urbanístico, arquitetónico e tecnológico, promovido pelo Marquês de Pombal e desenvolvido por um corpo de engenheiros militares portugueses de vasta experiência e conhecimento científico de vanguarda, a Baixa Pombalina constitui um conjunto monumental de elevada coerência e valor patrimonial. Traçado regular e ortogonal integra um conjunto riquíssimo de monumentos públicos, religiosos e escultóricos e duas praças principais que estruturam a vivência da cidade. Uma interior, a Praça do Rossio, então muito utilizada para manifestações populares, e a Praça do Comércio, de dimensão notável, símbolo do poder e espaço de representação política que marca a imagem de Lisboa, tirando partido do efeito cenográfico da sua localização ribeirinha.

Esta nova cidade é a concretização maior da que é considerada por alguns a escola urbanística portuguesa, que influenciou a construção de um grande número de novas cidades, na África, Ásia, Oceânia e América, várias delas já inscritas na lista do Património Mundial.

Construída em sítio de ocupação ancestral, a Baixa Pombalina destaca-se igualmente por um respeito pelo património cultural, invulgar para a sua época. Não obstante a sua racionalidade e regularidade, preserva e integra preexistências, tanto ao nível da estrutura, de que são exemplo as principais praças e a recriação de ruas quinhentistas, como na integração de elementos arquitetónicos de valor construtivo ou artístico, nomeadamente na construção de novos edifícios religiosos.

## **CRITÉRIOS PREENCHIDOS**

### **Critério (i)** *Representar uma obra-prima do génio da criatividade humana*

A Baixa Pombalina representa uma obra-prima do génio da criatividade humana, porque pode ser considerada como a «primeira cidade moderna do mundo ocidental» segundo José-Augusto França. A primeira, porque antes de qualquer outra foi concebida e executada segundo os critérios e a metodologia integrada que hoje continuam a basear o planeamento urbano de todas as novas cidades que se pretenda construir ou renovar. Esta metodologia soube combinar e responder: i) Aos critérios de desenho e conceção, com: uma imposição modular arquitetónica de possível adaptação a diversos tipos de ocupação (comercial, residencial, religioso, público) e a diversas interpretações estéticas; um dimensionamento viário adaptado a um crescimento previsto da população e do tráfego; a criação de espaços públicos de comércio, lazer e representação. ii) Às exigências de segurança: Estrutural de fundações; de resistência aos sismos; de resistência ao fogo. iii) Às exigências de higiene e salubridade, com: o projeto e execução de sistemas de drenagem de águas residuais e pluviais; o projeto e execução de um sistema de recolha de lixos.

Pela qualidade e importância do seu plano, manteve grande parte da sua integridade e assimilou a contribuição de séculos de História, de estilos e de vontades, constituindo hoje um sítio monumental único no Mundo.

Paralelamente, a criatividade humana refletida em todo este sítio monumental comporta a contribuição plural de uma nação que, na época do plano original, detinha um importante papel geoestratégico, capaz de integrar, de forma excepcional, as influências plurais da Europa e do Mundo.

Por estas razões, a Baixa constitui uma obra-prima do génio da criatividade humana que se traduz hoje num sítio histórico-monumental único para a História da Humanidade. Ela é o resultado do esforço de um povo e de uma vontade política que soube executar o plano de uma cidade moderna, exemplar nas suas soluções metodológicas e tecnológicas, revolucionárias para a época, e que, com o tempo, se enriqueceu com as melhores contribuições que essa nação, pelo seu universalismo, lhe pôde acrescentar.

A Baixa é a concretização da vocação universalista de Lisboa no contexto do seu tempo e constitui simultaneamente um monumento do Iluminismo Europeu e um monumento visionário da cidade progressista do século XIX.

### **Critério (ii)** *Ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens*

A Baixa constitui um marco na História da planificação das cidades. Um marco porque, antes de mais, foram inicialmente equacionadas cinco possibilidades de intervenção, entre as quais a reconstrução «à l'identique». De forma deliberada, optou-se pela solução de maior complexidade de realização que implicava demolir a cidade

baixa e, sobre os entulhos, fundar uma nova cidade, melhorada nas suas condições de drenagem pluvial e das águas fluviais. Esta opção implicou a criação de uma zona onde não era permitida a iniciativa avulsa e onde as diversas especialidades seriam subordinadas à visão sistemática do plano.

Por outro lado, o planeamento de uma nova cidade sobre as ruínas de uma existente com a imposição de uma ordem arquitetónica e a regulamentação do processo de gestão para assegurar a efetiva concretização da obra, constituiu um facto inédito para a época. A concretização de um plano urbanístico tão vasto foi levada a cabo com uma capacidade técnica e administrativa incomparáveis.

Um planeamento urbanístico integrado que combinou a contribuição multidisciplinar, através das seguintes medidas e condicionantes:

- Demolição de edifícios que tinham resistido ao terramoto;
- Reparcelamento perequacionado da propriedade imobiliária, de forma a libertar o desenho urbano do condicionamento cadastral;
- Obrigação da observância do plano de reconstrução por parte dos particulares;
- Redução do risco de incêndio com um regulamento que obrigou a altear as paredes das empenas para impedir a comunicação entre os telhados;
- Garantia do direito de propriedade privada e de viabilidade financeira do empreendimento;
- Construção de edifícios públicos e de serviços para revitalização social e económica do centro da cidade;
- Estabelecimento de programa detalhado de recolha de lixos, rede de esgotos e condução de água potável a fontanários;
- Redução do risco sísmico com o alargamento das ruas e diminuição da altura dos edifícios;
- Definição de projetos-tipo capazes de serem interpretados por gramáticas arquitetónicas diferentes;
- Exigência de rigor formal com regulamento detalhado de altura de pés-direitos, sistema construtivo geral, desenho de vãos e guarnições, integração de estruturas de madeira e alvenaria;
- Incorporação da localização e da toponímia de atividades comerciais anteriores ao terramoto (sapateiros, correeiros, ourives, prateiros, douradores, etc.);
- Concentração das atividades comerciais no rés-do-chão e residências nos andares superiores;
- Reserva da principal praça sobre o rio (do Comércio) para centrar a Administração do Reino.

**Critério (iv)** *Representar um exemplo excecional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana*

**Critério (iv-a)** *A excecionalidade da Baixa Pombalina como exemplo eminente de «conjunto arquitectónico» que ilustra um período significativo da história humana*

Este critério está patente a quatro níveis: a memória, o plano, o método e a ação.

Estes quatro níveis podem ser analisados segundo os seguintes tópicos:

- A conservação e continuidade da memória da cidade;
- A Baixa como um documento único da afirmação e da maturidade da Escola Urbanística Portuguesa caracterizada por uma universalidade de experiências e mútuas influências, obtidas com a expansão marítima;
- A Baixa como imagem esclarecida de uma metrópole-capital que vinha a ser preparada muito antes do terramoto, segundo informação recolhida através das mais importantes experiências urbanísticas europeias precedentes;
- A Baixa apoiada numa metodologia de execução baseada num sistema de prefabricação excecional que se traduziu na exportação do modelo para outras cidades.

A manutenção da memória foi conseguida através de: contenção da malha do novo plano nos limites dos antigos bairros da Mouraria, Alfama, Castelo e Graça, onde quase nada foi demolido; demolição e reconstrução da zona do Chiado para levar a nova malha da Baixa até aos limites da malha regular do Bairro Alto planeada e executada no século XVI; interrupção da malha de ruas orientadas no sentido Norte-Sul de forma a integrar fisicamente a memória de eixos importantes antes do terramoto, como a Rua Nova d'El-Rei ou a Rua Nova; recontextualização de portais e outros elementos arquitectónicos de antigas igrejas nas fachadas ou nos interiores das novas igrejas; modelação da malha de forma a integrar monumentos e importantes edifícios que tinham sobrevivido à catástrofe, como o Convento do *Corpus Christi*.

A Baixa surge no contexto evolutivo do Urbanismo Português. Este plano excecional e inovador corresponde à afirmação da maturidade da Escola Portuguesa de Urbanismo e da Engenharia Militar, entendida à escala de um «império» universalista e espalhado por todo o mundo.

A Baixa constituiu o ponto de chegada de um processo de aperfeiçoamento testado e amadurecido no Norte de África, na Índia e essencialmente no Brasil, através do desenho e construção de «Cidades-Vilas», iniciadas a partir sobretudo da década de 50 do século XVIII.

Simultaneamente, o plano pombalino concretizou a imagem urbanística, plástica e monumental de uma capital já preconizada por Francisco de Holanda, quando Lisboa passou a ter uma importância mundial ao nível do comércio global.

Esta ideia de Capital Ocidental Moderna Cosmopolita continuou a ser maturada por vontade de D. João V. Lisboa era desejada como uma nova Roma e para esse fim foi levado a cabo um levantamento cartográfico exaustivo do existente e do projetado para que a futura zona ocidental da cidade fosse abastecida pelo Aqueduto das Águas Livres, segundo um plano de Manuel da Maia de 1728. Nesta zona construíram-se, entretanto, outros importantes núcleos como o Palácio das Necessidades.

Para reforçar o valor da Baixa como exemplo eminente de conjunto arquitetónico, é importante referir a excecionalidade da normalização da métrica e dos sistemas construtivos e de composição. Desde as cantarias, às portas e caixilharias, passando pelas telhas e os azulejos tudo associado a um originalíssimo processo de prefabricação.

**Critério (iv-b)** *A excecionalidade da Baixa Pombalina como exemplo eminente de «conjunto tecnológico» que ilustra um período significativo da história humana*

A Baixa Pombalina constitui um bem universal excecional por se tratar não só de um exemplo eminente de tipologias de construção, mas também um conjunto arquitetónico-tecnológico, onde as soluções técnicas se combinaram de forma complexa e original. Reconhecer este valor é reconhecer a génese do planeamento deste sítio que se propõe como candidato a integrar a Lista Indicativa do Património Mundial.

A solução adoptada para a reconstrução foi a que tecnicamente apresentava maiores dificuldades, do ponto de vista de infraestruturas. Na verdade, a zona tinha sido duramente atingida pelo maremoto. Do ponto de vista geológico, apresentava más condições para a execução de novas fundações pelo facto de se situar na zona lodosa e aluvionar da antiga confluência de duas ribeiras. Para a melhoria dessas condições, foi fundamental a utilização de estacas de comprimentos entre 1 e 6 metros, que mais do que transmitirem as cargas dos novos edifícios ao solo apto à fundação situado a profundidades consideráveis, terão servido à compactação dos solos superficiais de aterro e de lodo aumentando assim a sua capacidade resistente e portante.

Para resolver de forma original o problema das infraestruturas, a solução adotada para as fundações foi completada por uma rede infraestruturada de ruas e esgotos, em que foi prevista a condução e esgotamento das águas residuais dos edifícios e a condução subterrânea do escoamento das duas bacias hidrográficas constituídas pelos dois vales situados a Norte da zona reconstruída.

Este primeiro conjunto integrado de soluções tecnológicas para as infraestruturas usado pela primeira vez de forma sistemática numa área urbana tão considerável, foi tecnologicamente inovador. Tal como o foi, pela coordenação dimensional baseada no palmo como medida padrão, usada a todos os níveis do projeto e a todas as escalas do planeamento volumétrico:

- A uma grande escala, em planta, pela introdução do conceito de quarteirão que funcionava como um único edifício, agrupando vários lotes, cuja dimensão se baseava no palmo;
- A uma escala média, em elevação, pela imposição de uma regularidade das fachadas, em comprimento e altura, que implicavam uma distribuição homogénea e regular de resistência mecânica;
- A uma escala média, em planta, pela organização interior dos edifícios determinada pela subdivisão da profundidade dos lotes por paredes de frontal paralelas às fachadas. Esta normalização determinava o número de divisões interiores dos edifícios, entre malhas ortogonais de paredes de frontal;
- A uma escala mais reduzida, na normalização das dimensões dos elementos em cantaria, da distância entre prumos e travessanhos, dos elementos estruturais de madeira, ou mesmo das dimensões dos acabamentos como as caixilharias ou os azulejos.

Esta coordenação dimensional traduziu-se num processo de industrialização dos materiais de construção nacionais que foi único na História. Um processo que se caracterizou pela fabricação em série de todos os elementos construtivos necessários a uma operação urbanística de tão importantes dimensões.

Tecnologicamente inovador foi também o uso racional integrado e sistemático de soluções construtivas que se sabia poderem reduzir a vulnerabilidade sísmica dos edifícios. A solução da «gaiola pombalina» que combinava a flexibilidade da madeira e a rigidez das alvenarias, baseada num reticulado de frontais compostos de prumos travessanhos e escoras com os seus interstícios preenchidos por alvenaria de pedra ou tijolo, não é em si inovadora.

O que foi inovador na «gaiola pombalina» foi a sistematização do seu uso com aperfeiçoamentos e regras de aplicação destinados a aumentar a sua eficiência. Estes aperfeiçoamentos consistiram:

- Na imposição de regras de simetria, para redistribuir uniformemente esforços provocados por acções sísmicas;
- No detalhe da execução das interligações entre frontais ortogonais e destes com as paredes de alvenaria, com interposição de gaiolas de madeira e elementos metálicos e paredes e pavimentos, através de frechais e contra-frechais.

**Critério (iv-c)** *Um exemplo eminente de conjunto arquitetónico, «ilustrando vários períodos significativos da história humana».*

O projeto inicial para a Baixa Pombalina, de 1756, e a atuação da Intendência-Geral das Obras Públicas, responsável pela concretização do Real Decreto de 1769, foram sofrendo modificações ao longo dos cerca de cem anos da concretização do plano.

A Baixa reflete, por isso, o dinamismo e a vontade de moldar a cidade fora das normas estritas, unificadas e centralizadas da reconstrução. Sem lhe construir alternativa, esse dinamismo introduziu o pulsar de uma sociedade que, incipientemente, se preparava para proclamar os direitos de cada um.

Estes vários períodos significativos da história humana foram essencialmente três: o período de gestão pombalina, até 1777; o Iluminismo Mariano e o período do Romantismo.

Logo desde o início da concretização do plano, a Baixa sofreu alterações que permitiram enriquecer o «estilo frio» do projeto inicial, com objetivos duplamente estilísticos e económicos. Durante este período, e até ao afastamento do Marquês de Pombal do poder, a edificação estava ainda muito longe de concluída, à exceção da Rua Augusta.

No que se refere às influências estilísticas, neste primeiro período assistiu-se a um compromisso entre a tendência predominante classicista e marcas barrocas e rococó. Por seu lado, o fator económico implicou várias alterações, entre as quais a substituição do 4.º andar das mansardas por um andar adicional com «varanda geral», de forma a rentabilizar futuros alugueres.

No período do Iluminismo Mariano assiste-se às primeiras realizações de prospetos pombalinos em declive na zona do Chiado, reservada à edificação de casas nobres e palácios, fora da malha quadriculada da zona plana da Baixa. Nestes prospetos começa a evidenciar-se, uma «segunda arquitetura pombalina», caracterizada por um tratamento especial de pisos térreos, das lojas e sobrelojas com uma emolduração erudita e recursos decorativos, de influências ainda barrocas e outras já neoclássicas.

Esta diferenciação e diversificação dos prospetos singulares através de elementos decorativos que era simultaneamente reabsorvida pela regularidade global das fachadas, continuou a ser levada a cabo até ao final do século XVIII, com o acentuar do ecletismo.

Ao período mariano, caracterizado por uma continuidade do gosto anteterramoto e por uma estética neoclássica italianizante, seguiu-se um período essencialmente caracterizado pelas influências românticas. Influenciado economicamente pela independência do Brasil, pela revolução de 1820 e pela abolição das Ordens Religiosas em 1834, este período é caracterizado pela remodelação de interiores e adaptação a novos usos, pela multiplicação de marcas ecléticas que vão sendo dispersas pelos prospetos, com novos elementos decorativos, revestimentos de azulejos e alteração dos pisos térreos para as vitrinas de novos comércios.

Este período dos cem anos de concretização do projeto, termina com a efetivação do remate das duas praças principais que delimitam a Baixa Pombalina (Rossio e Praça do Comércio).

A Norte, este remate foi conseguido com o portão de acesso ao novo Passeio Público e, sobretudo, com a construção do novo Teatro D. Maria II em estilo neoclássico romântico que emoldurou a Praça do Rossio e passou a constituir o principal centro de simetria. Posteriormente, esta praça foi enriquecida com a estátua central D. Pedro IV em 1870 e com o seu calçamento em «mar largo». A Sul, o remate final foi concluído, também nesse período, com a inauguração do arco triunfal da Rua Augusta, cerca de 1870, dando unidade às alas oriental e ocidental da grande Praça do Comércio, aberta sobre o rio Tejo, que também no final do século XIX, acabou por ser calçada.

**Critério (v)** *Constituir um exemplo eminente de fixação humana ou de ocupação do território tradicional representativo de uma cultura (ou de várias culturas) sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis»*

A Baixa Pombalina constitui um dos principais elementos emblemáticos da cultura portuguesa e um núcleo irradiante fundamental para a sua projeção internacional, apesar de se situar numa zona vulnerável (sismicamente) sob o efeito de mutações irreversíveis.

A Baixa é a imagem de um valor excepcional de persistência e de permanência que está implícito na evolução do sítio antes e depois do terramoto. Estes dois valores foram responsáveis pela continuidade na fixação da ocupação humana apesar de ter sido sujeita a um tão grande cataclismo. Uma fixação baseada sobretudo na atividade comercial e lugar simbólico de governo da nação.

A zona da Baixa, no século XV, foi o lugar escolhido para a construção do Palácio Real, como sinal da opulência da época de D. Manuel I. No final do século XVI, esse palácio foi enriquecido e embelezado com o torreão delineado por Filippo Terzi, destinado a albergar Filipe II. Durante esses mesmos períodos, a zona da Baixa foi o centro mercantil de uma nação geoestratégica e georeferenciada, onde as riquezas do comércio internacional eram descarregadas e trocadas para eventualmente serem reembarcadas e distribuídas pela Europa.

A reconstrução, depois do terramoto, necessitou de 340 decretos e outros instrumentos legislativos, publicados entre 1755 e 1838, para repor e melhorar esta mesma ocupação que tradicionalmente existia na zona destruída.

Com o objetivo de restabelecer a função de sede de poder, o torreão filipino constituiu fonte de inspiração para o desenho da nova Praça do Comércio como «arquétipo ordenador da monumentalidade da Baixa Pombalina». A Praça começou por recuperar primeiro a função de espaço cerimonial e logo a seguir a de centro de poder, com a construção da estátua equestre de D. José I, com a instalação dos serviços centrais de governação e da Bolsa de Valores. A Norte, a Praça do Rossio albergou o novo Palácio da Inquisição situado simetricamente ao Arco da Bandeira, sinal da classe de negócios e do poder burguês.

Uma ocupação territorial plurissocial, para a qual existiu uma coordenação inédita de interesses públicos e privados, dominada pela vida social e cultural. Uma ocupação que permitiu um novo tipo de sensibilidade e vontade que levou à transformação do bem comum e público, em representação espacial e dimensão estética.

O restabelecimento da função comercial constituiu um processo mais complexo e baseou-se num dos decretos da primeira hora após o terramoto, o de Novembro de 1760. Nele foi definida uma «lógica hierárquica das atividades comerciais, criando um monopólio para a Baixa». As antigas atividades comerciais e profissionais existentes antes do terramoto foram redistribuídas por ruas com toponímias idênticas às outrora existentes, mas segundo um novo ordenamento produtivo, esclarecido e moderno. A cada uma das seguintes atividades foi atribuída a totalidade ou uma parte bem determinada de uma rua: capelistas, mercadores de loiça da Índia, de chá, de fazendas, mercadores de lã e seda, ourives de ouro, ourives da prata, relojoeiros, livreiros, mercadores de fancaria, de quinquilharia, douradores, lorneiros, latoeiros, bate-folhas, tendeiros, taberneiros, correeiros, seleiros, sapateiros, algibebees, retroseiros, sirgueiros, chapeleiros e outros diversos mesteres do povo.

A Baixa constitui com toda a certeza um exemplo eminente de fixação humana e de uma cultura, exposta a um elevado grau de vulnerabilidade como o provocado pela horrível catástrofe do terramoto. Uma catástrofe que é ainda hoje uma referência como um dos mais destruidores terremotos da História, que arrasou o centro de poder e de comércio de uma nação e provocou uma percentagem elevadíssima de mortos.

**Critério (vi)** *Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional*

«A Baixa existiu sempre em milhares de situações e testemunhos de cultura», numa cidade considerada por João Brandão, um primeiros olisipógrafos do século XVI, como a «frol de todas as flores». A Baixa, era já antes do terramoto, tema de descrição, de inspiração literária e testemunho da civilização portuguesa.

Na *Relação em que se trata e faz uma breve descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa*, publicada em 1625, são descritos edifícios e locais emblemáticos da Baixa diretamente conotados com as riquezas e produtos vindos do Oriente, como os armazéns da Casa da Índia, ou fulcrais para a vida da cidade, como o Mercado da Ribeira.

Mais tarde, a tragédia do terramoto inspirou poetas nacionais e estrangeiros, da Inglaterra à Hungria. Voltaire escreveu o *Poème sur le désastre de Lisbonne* algumas semanas depois do terramoto e, alguns anos depois, em 1759, uma importante parte da sua obra «Candide» é ambientada em Lisboa, no ano do terramoto, com a descrição de um auto-de-fé, a meio da grande aventura do protagonista Pangloss.

A catástrofe de Lisboa marcou profundamente a consciência europeia e estabeleceu a importância da reconstrução como uma referência cultural e civilizacional. A Baixa passou a ser considerada como um monumento à razão, como contraponto às utopias urbanas precedentes e posteriores. Por seu lado, o episódio da tragédia do terramoto foi tema recorrente da ficção portuguesa, desde o Abade de Jazente até Agustina Bessa-Luís e Hélia Correia.

Para além da inspiração literária, não deve ser esquecido como o terramoto de 1755 serviu para variadíssimas discussões durante a época das Luzes. Filosóficas através de contributos como os de Voltaire, Rousseau e Kant e científicas, com, por exemplo, os estudos do astrónomo Tobias Mayer ou dos matemáticos Johann Friederich Jacobi e Johann Gottlob Krüger.

Foi também tema de representação pictórica e iconográfica do flagelo sísmico, na pior e mais destruidora das suas aceções, que percorreu o Mundo e constituiu imagem de referência do primeiro «desastre moderno». Num tempo cultural em que a atração pelo Horror concretiza a emergência do Romantismo.

A partir do terramoto, a Baixa passou paralelamente a ser o centro de inspiração literária da cidade, começando com o texto de Amador Patrício de Lisboa, de 1758, sobre as medidas pombalinas para a reconstrução, passando pela inauguração da estátua de D. José no centro da Praça do Comércio, e por outros episódios, galanterias, devoções, mundanismos, calamidades, casamentos principescos, festas e até crimes e suplícios.

No século XIX, inspirou escritores românticos como Guilherme de Azevedo, Gomes Leal e Cesário Verde. O Martinho do Rossio, foi local de reunião de poetas como Nicolau Tolentino e Bocage. Na segunda metade desse século, o escritor Eça de Queirós usou a Baixa e principalmente o Chiado, com o Grémio Literário, a Casa Havaneza e o Hotel Bragança, como cenário dos seus romances onde a grande burguesia e o poder jogavam os papéis principais.

No século XX, a grande produção literária lisboeta, nas artes, nas letras e no jornalismo, ficou intimamente ligada aos locais do século XIX e a outros novos, como a Brasileira do Chiado, a Livraria Bertrand, o Martinho da Arcada ou o Café do Gelo, onde se reuniram Aquilino Ribeiro, Fernando Pessoa, Alexandre O’Neil ou David Mourão-Ferreira.

A Baixa foi descrita sucessivamente como espaço de tédio, de interioridade, de conspiração, de combate proletário, de memória pitoresca, de surrealismo e pós-surrealismo, pós-modernismo e minimalismo. Sempre a Baixa continuou a inspirar grandes vultos literários como José Saramago, António Lobo Antunes ou Cardoso Pires.

Outro aspeto fundamental da representatividade da Baixa é a de ter sido o palco de importantes acontecimentos históricos e políticos. Constituiu o palco de muitos autos-de-fé, de embarques, de desembarques, de receções de monarcas e dignatários, de manifestações, de um regicídio, de cerimónias militares, da proclamação da República, de funerais, de revoluções e de tantos outros momentos da sala de visitas e da encenação política de toda uma nação.

De forma a fundamentar esta ideia, deve ser recordado que, antes do terramoto, o Terreiro do Paço chegou a funcionar como sede do poder do Reino Unido Ibérico durante os dois anos que durou a estadia em

Lisboa de Filipe II e os dez meses de Filipe III. Depois da Restauração, a Baixa viu partir a Infanta D. Catarina de Bragança para se tornar Rainha de Inglaterra e levar como dote de casamento Bombaim e Tânger; viu depois do terramoto o prodígio tecnológico do transporte, elevação e colocação da pesadíssima estátua de bronze de D. José I, que constituiu, para Portugal, uma empresa da engenharia nacional equivalente à instalação do obelisco vaticano na Praça de S. Pedro.

Pode ainda recordar-se, as paradas das tropas francesas no Rossio, o embarque do General Junot do Cais do Sodré, o desembarque no Terreiro do Paço de D. João VI regressado do Brasil, a inauguração da estátua de D. Pedro IV no Rossio ou a inauguração do mercado da Figueira, importante modernidade permitida pela arquitectura do ferro.

Ou ainda o funeral de D. Luís I e o casamento de D. Carlos I na Igreja de S. Domingos. O ciclo de desembarques e recepções no Cais das Colunas do Kaiser Guilherme da Alemanha, do rei Eduardo VII de Inglaterra, de Afonso XIII de Espanha, da Rainha Alexandra de Inglaterra, do Presidente Loubet da França.

Os bota-abaixo com presença real na Doca do Arsenal, a partida de corpos expedicionários para as colónias, o regicídio de D. Carlos e D. Luís Filipe, o seu funeral, a proclamação da República da varanda dos Paços do Concelho, a chegada do General Mendes Cabeçadas à cabeça do movimento revolucionário de 28 de Maio de 1926, que abriu caminho ao regime de Salazar, as comemorações anuais dessa mesma revolução, as cerimónias do dia de Portugal e as condecorações aos militares da Guerra Colonial no Terreiro do Paço, a recepção de aviadores portugueses depois dos seus raids prodigiosos pelo Mundo, o desembarque da rainha Isabel II de Inglaterra, a revolução do 25 de Abril, as manifestações pela liberdade, concertos, instalações artísticas e tantas outras manifestações públicas.

A lista é quase infindável mas demonstra bem a importância da Baixa Pombalina como palco de acontecimentos históricos fundamentais para a cultura e a história de Portugal.

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE E/OU INTEGRIDADE

A autenticidade da Baixa Pombalina é expressa através de:

**Forma e desenho** O Plano da Baixa Pombalina foi integralmente concretizado e encontra-se intacto em relação aos arruamentos e desenho de quarteirões, tanto na parte *Baixa*, como no Chiado e zona ribeirinha. O desenho, a métrica e a forma da maioria das fachadas mantêm-se conservados, com alterações que não impedem a leitura da intenção primordial do conjunto histórico-urbano, nem o reconhecimento quer da sua qualidade erudita, quer da sua moderna standardização.

**Materiais e substância** Na área proposta, a larga maioria dos edifícios possui ainda uma integridade assinalável, em termos construtivos e formais. Outros foram alterados, beneficiando da própria adaptabilidade do Plano, testemunhando, com qualidade, uma sucessão de épocas estilísticas que compreendem os revivalismos oitocentistas e os diversos modernismos.

**Uso e função** A feição predominantemente comercial e de serviços da Baixa está, no essencial, conservada. Neste âmbito existe um património relevante designado *Lojas com História*, que se encontra a ser trabalhado. Por outro lado, a requalificação da Praça do Comércio e das construções que a configuram vieram trazer uma nova dinâmica a este espaço. Mantêm-se também as duas outras funções características da Baixa e que definiram a sua modernidade: o exercício do poder do Estado (sobretudo na Praça do Comércio) e as atividades culturais, de que são expressão, por exemplo, o Museu do Chiado, o Museu Arqueológico do Carmo (um dos mais antigos museus portugueses), os mais recentes Lisboa Story Center e Museu do Banco de Portugal e os teatros nacionais de S. Carlos e D. Maria II ou a Faculdade de Belas-Artes. Registe-se ainda a importância das igrejas que pontuam toda a área, a maioria das quais com acervos patrimoniais quase intactos. Relativamente a outra função característica da Baixa, a habitação, tem-se registado uma inversão da tendência de despovoamento.

**Tradições, técnicas e sistemas de gestão** A Baixa nasceu como primeiro bairro comercial da cidade e como área, por excelência, da representação do poder económico e financeiro, bem como das funções de governação a ele associadas. Progressivamente, ao longo dos seus quase 260 anos de história, a vida cultural e de lazer foi-se tornando um dos seus referentes, pela abundância de cafés, livrarias e teatros.

Estas tradições mantiveram-se vivas mas, na verdade, com algum enfraquecimento, característico de todos os centros históricos europeus.

O incêndio do Chiado de 1988, pelo seu impacto, marcou, simbolicamente, o incremento de políticas patrimonialistas em toda a área, imediatamente para responder às necessidades de reconstrução (que recuperaram técnicas, formas e estéticas que tinham vindo a ser abandonadas, sob o qualificado plano do arquiteto Siza Vieira) e, em seguida, para revalorizar a história e a integridade do conjunto.

Neste âmbito, têm vindo a ser implementadas práticas de gestão que visam esse objetivo, salvaguardado no PDM e no PPSBP.

**Localização e ambiente** A Lisboa pombalina continua a ser, para todos os lisboetas e para todos os portugueses, o centro simbólico da cidade e do país. Este facto estruturante da vivência de Lisboa tem sobrevivido, com forte imaginabilidade, ao seu crescimento contínuo e à multiplicação dos seus centros.

A visão privilegiada deste conjunto é obtida do Tejo, em lenta aproximação à Praça do Comércio, manifestando uma íntegra autenticidade de imagem global que continua a permitir a leitura do Plano de reconstrução aprovado há cerca de 260 anos.

A preparação da candidatura da Baixa Pombalina à Lista Indicativa do Património Mundial foi a oportunidade para definir uma zona de transição envolvente, cujo limite teve, como principal preocupação, a salvaguarda das vistas sobre o conjunto urbano.

**Espírito e memória** O rigor do plano de reconstrução da Baixa – que gerou uma cidade moderna mas soube manter o essencial dos ritmos, circuitos e imagens da cidade destruída – é uma das figuras referenciais da imagem positiva dos portugueses sobre si próprios, pelo modo como evoca a resposta decidida à tragédia do Terramoto e propõe a cidade como um lugar ordenado e protetor.

Todos os momentos cruciais da vida nacional ali ocorreram, em termos políticos, diplomáticos e culturais, constituindo uma iconografia riquíssima que é património coletivo.

A literatura, as artes plásticas e a moda permanentemente se cruzaram e continuam a cruzar com as ruas da Baixa que é percorrida pelas personagens de Eça de Queirós (o mais importante dos romancistas realistas portugueses da segunda metade do século XIX) e pela existência fantasmática dos heterónimos de Fernando Pessoa que nasceu no Chiado, frente ao Teatro Nacional de S. Carlos, trabalhou na Baixa (a Rua dos Douradores é uma das personagens fundamentais do seu romance póstumo *O Livro do Desassossego*) e escrevia a uma mesa do *Café Martinho da Arcada*, sentindo o cheiro do oceano que entrava pelo Tejo adentro e invadia a Praça do Comércio, com o seu mitograma do *Quinto Império*.

## COMPARAÇÃO COM BENS SIMILARES

**Bordéus:** Cidade portuária diretamente relacionada com a produção de vinho, inscrita na Lista do Património Mundial pelo amplo conjunto urbano e arquitetónico criado segundo os princípios do Iluminismo. Diferencia-se de Lisboa pelo carácter essencialmente regional da sua atividade portuária e pela morfologia do terreno, pois é praticamente plana. Em Bordéus, o urbanismo de carácter iluminista diferencia-se pela vasta continuidade espacial e temporal e pela sua monumentalidade, enquanto em Lisboa se destaca o facto de resultar de um único plano de conjunto, inovador na conjugação de técnicas construtivas, regras de proteção contra riscos, padronização e redistribuição proporcional da propriedade.

**Edimburgo:** Capital da Escócia, ostenta o contraste entre a cidade medieval, orgânica, que mantém o seu traçado urbano e edifícios estreitos e altos e a cidade nova, planeada como alternativa à cidade velha, construída a partir de 1765, que mantém muitos dos seus edifícios mais emblemáticos.

Apesar das semelhanças que as duas cidades apresentam enquanto cidades planeadas, a grande diferença reside no facto de a Lisboa iluminista ter sido construída sobre o tecido pré-existente e o plano ter respeitado e integrado edifícios relevantes subsistentes.

**São Luís do Maranhão:** Cidade fundada pelos franceses em 1612 e logo tomada pelos portugueses dois anos depois. O centro histórico, de feição iluminista, soube adaptar-se às condições climáticas. Durante o século XVIII e início do XIX a cidade foi um importante porto de exportação na região. O centro histórico de São Luís do Maranhão soube conservar, de forma exemplar, o seu tecido urbano em harmonia com a envolvente.

Tendo como ponto comum o traçado iluminista, São Luís do Maranhão e Lisboa desempenharam papéis de relevância diferente nas diversas áreas.

**São Petersburgo:** tem uma forte ligação com o rio e a sua paisagem urbana é marcada por edifícios e jardins magníficos, tal como Lisboa. Diferem no tipo de território, que em São Petersburgo é muito vasto e plano, com canais, e em Lisboa é formado por colinas e vales numa escala próxima. Ambas expressam o período iluminista do século XVIII, embora em São Petersburgo este estilo predomine, e em Lisboa prevalecem ainda outros traçados de épocas relevantes, que se integram e relacionam no território numa escala acessível. São Petersburgo iniciou-se na exploração marítima a partir do século XIX, firmou a sua posição mercantil no contexto do Báltico e usufruiu da localização estratégica de porta mais a oeste da Rússia. Lisboa, por sua vez, foi perscrutora na exploração marítima global, valorizou o seu perfil mercantil com contatos noutros continentes com que se cruzou e recebeu influências destes.

**Vila Real de Santo António:** De fundação régia, substituiu a próxima e extinta Santo António de Arenilha, destruída pelo mar nos séculos XVI ou XVII. Desenhada pela Casa do Risco sob orientação de Reinaldo dos Santos, a vila foi inaugurada em 1776. Corresponde ao culminar do grande projeto reformador pombalino, pensada de raiz como uma vila fábrica para a transformação do pescado e para habitação. Com o afastamento do Marquês de Pombal, a vila entrou em processo de abandono, ressurgindo somente em meados do século XIX com o desenvolvimento da indústria conserveira.

O traçado urbano espelha a simbologia do poder, sendo a Praça Real o centro cívico e comercial da vila. É um aglomerado de dimensão contida, que nunca teve o papel relevante de Lisboa.